

ATA

N.º 02/2021

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
29 de abril de 2021**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2021:**

---Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, nesta cidade de Esposende e no Auditório Municipal de Esposende, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, com a fundamentação da situação excecional provocada pela pandemia de Covid-19 e as orientações legislativas e as diretrizes das autoridades de saúde, bem como o princípio da boa administração e os termos da previsão legal constante do artigo 2º da Lei nº 13-B/2021, de 05 de abril, que procede à alteração do artigo 3º da Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.-----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António José Pereira Morgado e Jaqueline Casado Afonso Areias. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Sandra Nair Teixeira de Sá Bernardino,
Tito Alfredo Evangelista e Sá,
Luciana Brochado Azevedo,
Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar,
Manuel Miranda Losa,
Fernando Manuel da Silva Carvalho,
Anabela Solinho Martins,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Carlos Jorge Vicente Capitão,
Manuel José Cepa Pires Carneiro,
Baltasar Almeida Costa,
José Manuel Cruz Silva,
José Maria Losa Esteves,
Elisabete Ferreira Martins Santos,
Tânia Sofia Lima Mota,
Carla Alexandra Sá Pereira Morais Miquelino,
Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Luís António Sequeira Peixoto,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães e
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 20 horas e 40 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente

o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,
António Sérgio Moreira Mano,
Maria Angélica Barros Tomé da Cruz,
Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa e
António Manuel da Cruz Azevedo Abreu.-----

---Verificou-se a ausência dos seguintes elementos: Manuel José Sampaio Viana, Presidente da Junta de Freguesia de Antas e do Vereador Dr. Rui Manuel Martins Pereira. -----

---Foi proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 5 do artigo 45.º do Regimento, a inclusão de um assunto na ordem de trabalhos, a saber: ELEIÇÃO DE TRÊS CIDADÃOS ELEITORES QUE REPRESENTARÃO A CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA AL. L) DO Nº 1 DO ARTº 17º DA LEI Nº 147/99, DE 01 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 142/2015, DE 08 DE SETEMBRO – conforme documentos já enviados a todos os membros da Assembleia.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE ACEITAR A INCLUSÃO DE UM NOVO PONTO NA ORDEM DO DIA.-----

Pelo Senhor Presidente da Mesa, foi referido que o novo ponto passaria a ser o Ponto 02.08 – ELEIÇÃO DE TRÊS CIDADÃOS ELEITORES QUE REPRESENTARÃO A CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA AL. L) DO Nº 1 DO ARTº 17º DA LEI Nº 147/99, DE 01 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 142/2015, DE 08 DE SETEMBRO, da Ordem de Trabalhos.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2021 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e seis de fevereiro de 2021 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2021.-----

Não participaram na votação os senhores deputados municipais Luciana Brochado Azevedo e Manuel José Cepa Pires Carneiro, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 26 de fevereiro de 2021.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Penteado Neiva, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo apresentado dois votos de pesar com o seguinte teor, respetivamente:

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. JOÃO MOTA PEREIRA DE CAMPOS.-----

“Com 94 anos, faleceu a 03 de Abril de 2021 o Dr. João Mota Pereira de Campos. Sendo natural de Vieira do Minho, foi aqui, em Esposende, que fez o seu percurso de vida, iniciando-a como Conservador do Registo Predial (1950-1952). Daqui partiu para funções governativas tendo sido Secretário de Estado da Agricultura entre 1960 e 1962 e ministro do Estado e do Plano entre 1971 e 1973. Foi ainda ministro da Agricultura e Comércio até Abril de 1974.

Foi docente e especialista em Direito Comunitário.

Assim, esta Assembleia Municipal, na sua secção de hoje, 29 de Abril, deliberou apresentar um Voto de Pesar pelo seu falecimento, dando conhecimento desta deliberação à digníssima Família.”-----

2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. ANTÓNIO JOAQUIM DE ALMEIDA HENRIQUES.-----

“Foi com profunda consternação que recebemos a notícia da morte do Dr. António Joaquim Almeida Henriques, Presidente da Câmara Municipal de Viseu.

No seu percurso de Homem Público, exerceu, também, funções de Adjunto do Ministro da Juventude (1990/92), de Deputado na Assembleia da República, entre 2002 e 2011 e de Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional entre 2011 e 2013.

Como autarca, deputado e membro do governo sempre pautou a sua acção com integridade e competência.

Assim, esta Assembleia Municipal, na sua secção de hoje, 29 de Abril, deliberou apresentar um Voto de Pesar pelo seu falecimento, dando conhecimento desta deliberação à Família e a todos os Viseenses.”-----

De seguida o Sr. Deputado Municipal, Penteado Neiva, fez a seguinte intervenção política:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

Permita-me Senhor Presidente que inicie a minha intervenção acompanhando o pensamento de António Gedeão quando, na sua Pedra Filosofal, nos traz a mensagem do sonho como mola de progresso e da evolução dos homens e das suas terras. Fala-se daquela alquimia que se vai transformando, e de metal pobre passa a ouro, correspondendo ao conceito de que se uns procuram o ouro, o progresso, o desenvolvimento, outros só pensam em fraquezas, em pequenas ambições.

Pois todos estamos de acordo que é através desse sonho que chegamos ao Progresso e ao Desenvolvimento.

Tudo isto para dizer que Esposende vive o seu sonho, os seus autarcas, são verdadeiros alquimistas, que procuram a concretização dos seus anseios e, ninguém está para acompanhar aqueles que não sonham pois, para esses, estes sonhos não são mais do que sobressaltos políticos e gritos de desespero.

*Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

Esposende continua à mexer. Continua a dar passos seguros no seu desenvolvimento, sem tibiezas, sem se deixar intimidar por velhos do Restelo, sem ligar aos eternos pessimistas.

Festejou-se Abril, com dignidade e com a certeza de que em Esposende, como em todo o país, o povo quando chamado, em liberdade, a votar, faz as suas escolhas pedindo aos seus representantes eleitos que façam o melhor pelas suas terras, e pelas suas instituições.

Lembramos os milhares de euros, cerca de 80 mil, que ainda estes dias o Executivo atribuiu a Juntas e Instituições concelhias. É a democracia a funcionar e cada um deverá saber o papel que lhe cabe sem populismos nem discursos puramente demagógicos.

Como resposta áqueles que apregoam o constante estado de calamidade no concelho, são apresentados novos projectos, mais obras.

Há dois dias atrás assistimos às Câmaras de Esposende e Viana do Castelo a darem as mãos num ambicioso projecto que visa a Valorização do Rio Neiva, tomando medidas para a Conservação e Reabilitação da bacia deste rio, respondendo, assim, à Directiva Quadro da Água. Não estamos a falar de trocos, falamos de um investimento muito próximo do milhão de euros.

A Formação e o Ensino têm merecido uma especial atenção do Executivo e é com agrado que recebemos a notícia que estará para breve o lançamento do concurso público para a instalação, aqui em Esposende, de um pólo do Instituto Politécnico do Cávado e Ave assim como avançará rapidamente o grande projecto de cooperação entre a Universidade do Minho e a Câmara Municipal de Esposende, visando a instalação de um pólo da UM na antiga Rádio Naval de Apúlia. O seu financiamento será assegurado através do Portugal 2030 e do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). Para que isto se concretize e seja levado a bom porto,

houve, por parte do Executivo, muita resiliência, muita vontade em ultrapassar as adversidade e, sobretudo, muita paciência para contrariar aqueles que, constantemente, querem deitar tudo por terra. Vai ser bom para todos nós esposendenses, para a economia local e para os nossos jovens.

As questões sociais estão sempre na linha da frente do Executivo. Recentemente foi assinado um protocolo com a Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (ADOLESCERE), visando o acolhimento de refugiados no nosso Município tendo como parceiro privilegiado o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e procurando ir ao encontro dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Mas outras iniciativas marcaram a agenda social da Câmara, e não de somenos importância, como o alargamento do Programa CUIDAR+, comprometendo-se o município a participar nos custos de medicamentos às crianças e jovens do Centro de Acolhimento de Apúlia.

*Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

Esposende sempre soube, e saberá homenagear aqueles que honram o nosso município. Se, por um lado, com tristeza, se evocou a memória do saudoso Paulo Gonçalves, falecido há pouco mais de um ano, perpetuando o seu nome na toponímia concelhia, é com alegria que saudamos os nossos atletas Teresa Portela e João Ribeiro que com o seu esforço, entusiasmo e dedicação, atingiram resultados que garantiram a sua presença nos próximos Jogos Olímpicos que terão lugar em Tóquio. Parabéns Teresa Portela e João Ribeiro.

E porque estamos a falar de Desporto, felicitamos a Câmara pela oferta gratuita da testagem à Covid-19 a todos os atletas enquadrados nos escalões de formação, e sobre isto ficamos estupefactos com aqueles que bradaram e deram múltiplos exemplos de que este era o caminho mas que, sendo uma decisão de Esposende, já tudo se põe em causa.

Haveria muito mais para enaltecer sobre o excelente trabalho do Executivo Municipal.

Terminamos esta nossa intervenção com a actividade do dia de hoje a que tivemos oportunidade de assistir. Falamos da inauguração oficial e visita à START Esposende, com a presença do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Economia. Um projecto muito importante para o Município, para todos nós, e que aposta em acrescentar valor junto dos actores económicos que nos procuram, apostando, fundamentalmente em três grandes vectores, o Empreendedorismo, a Internacionalização e a Captação de Investimento e cujo fim é a fixação em Esposende de novas empresas. Neste mesmo espaço passou à existir, também, o Espaço Empresa criado numa parceria com o IAPMEI, a AICEP e a AMA, uma nova forma de relacionamento entre as empresas e a Administração Pública Central. Sendo um projecto ainda muito recente, já faz o seu percurso com solidez, acompanhando projectos geradores de riqueza e de emprego, estimados em mais de 10 Milhões de Euros e, até ao momento, já Incubou 26 projectos empreendedores, dos quais 13 já estão no mercado.

Esposende Pensa Grande e, por isso, realiza os seus sonhos.

Tenho dito."

Intervenção de seguida o Sr. Deputado Municipal, Cepa Carneiro, do PCP, começando por apresentar a recomendação que se transcreve:

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Restantes membros da mesa,
Senhor Presidente da Câmara
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Restantes elementos do público,*

RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA QUE, COM A MÁXIMA URGÊNCIA, INCITE O ACES E A ARS-NORTE A TOMAR AS DEVIDAS MEDIDAS PARA TORNAR POSSÍVEL A REABERTURA IMEDIATA DO CENTRO DE SAÚDE DE BELINHO.

“Em sequência das medidas tomadas pelo Agrupamento de Centros de Saúde Cávado III, como resposta à pandemia provocada pelo novo coronavírus SARS – CoV-2, agente causador da doença Covid 19, assistimos ao encerramento de todas as Unidades de Saúde no Concelho de Esposende, com exceção do Centro de Saúde de Esposende.

Após diferentes esforços e sinergias de múltiplas ações, todas as Unidades de Saúde retomaram as suas atividades com exclusão do Centro de Saúde de Belinho.

Verificamos que o fecho desta unidade de saúde motiva o descontentamento da população que dele beneficia. Uma população idosa que não tem forma autónoma de se deslocar e que depende dos escassos transportes públicos existentes, bem como pessoas de baixa mobilidade que não prescindem de um serviço de saúde de proximidade.

A justificação do encerramento desta Unidade de Saúde por falta de condições do edifício não é aceitável. É certo que os utentes e os funcionários da saúde que utilizam o espaço merecem todo o respeito e o conforto necessário, mas não é aceitável que a Administração Regional de Saúde - Norte não proporcione essas condições para que o Centro de Saúde funcione com qualidade.

Ora, ciente desta realidade, e considerando que o poder local, através da Câmara Municipal, poderá desempenhar um papel importante como agente de influência junto das instituições responsáveis, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária do dia 29 de abril/2021, recomenda à Câmara Municipal que, com a máxima urgência, incite o ACES e a ARS-Norte a tomar as devidas medidas para tornar possível a reabertura imediata do Centro de Saúde de Belinho.”

Depois, apresentou uma declaração, nos seguintes termos:

POR OCASIÃO DO ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE ABRIL.

“A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um empolgante levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder.

É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado pelas comissões administrativas, logo após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976. O Poder Local Democrático afirmou-se operando profundas transformações sociais e com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, nalguns casos até, excedendo em larga medida as suas competências.

Comemorar Abril, relevando o que o poder local representa enquanto conquista desse momento ímpar da nossa história colectiva, exige que se lhe reconheça as condições para o exercício das suas atribuições e competências.

Não basta tecer elogios ao poder local sem que se lhe atribuem os meios indispensáveis à sua autonomia e os recursos para o pleno exercício das suas responsabilidades.

Não basta repetir loas à descentralização e, ao mesmo tempo, manter bloqueada a criação das regiões administrativas que, 45 anos depois de estar consagrada constitucionalmente, está por cumprir.

Não basta enaltecer a capacidade de realização das autarquias quando se tem em vista transferir competências sem meios financeiros correspondentes num processo que é, sobretudo, de desresponsabilização do Estado por funções que lhe competem e de transferência de encargos para as autarquias. Não basta falar das vantagens de proximidade quando se quer alijar responsabilidades centrais e, ao mesmo tempo, teimar em manter por repor e devolver ao povo as mais de mil freguesias liquidadas contra vontade das populações.

As comemorações da Revolução de Abril, no ano em que se assinalam os 45 anos da Constituição da República, devem ser um momento para afirmar o Poder Local e o que ele representa de espaço de realização de direitos e aspirações populares.

Um momento de afirmação da democracia, tanto mais actual quanto se desenham e se assumem abertamente projectos reaccionários e antidemocráticos.

Comemorar Abril é também, nas actuais circunstâncias, fazer uma afirmação de confiança no futuro, mostrar que a vida pode e deve prosseguir criando todas as condições de prevenção e protecção, apontar o sentido de vivência colectiva, de partilha e de participação como indispensáveis à realização humana e à felicidade.

Tenho dito!"

Intervenção de seguida a Sr.ª Deputada Municipal, Anabela Solinho do Grupo Político do PS, que apresentou a recomendação que se transcreve:

*"Boa noite Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados,
Público em geral*

RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA QUE, LUÍS GOMES VIANA VEJA OS SEUS MÉRITOS RECONHECIDOS NO DIA 19 DE AGOSTO – DIA DO MUNICÍPIO.

Aproximação e dedicação, ética e simplicidade são alguns dos atributos que preenchem o curriculum pessoal, moral e autárquico de Luís Gomes Viana.

Na qualidade de edil, Presidente de Junta em Fão durante doze anos, o Sr. Luís Viana pugnou pelos interesses da Freguesia e do Município, na sua terra, nos Paços do Concelho e em Assembleia da República cujos meandros conhecia também pelas funções de co-fundador da Associação de Freguesias Vilas não Sede de Concelho, e, posteriormente, da Associação Nacional de Freguesias.

Reconhecer e louvar o autarca Luís Viana cujas obras são efetivas e alcançadas despretensiosamente é valorizar a honestidade e o altruísmo deste ilustre da terra.

Assim, o Grupo Parlamentar à Assembleia Municipal de Esposende recomenda ao Município que Luís Gomes Viana veja os seus méritos reconhecidos no dia 19 de Agosto - Dia do Município.

Muito obrigada."-----

Intervenção de seguida o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista do Grupo Político do PS:

"Boa noite a todos,

Iria começar por apresentar um voto de pesar pela morte do Dr. Jorge Coelho:

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. JORGE COELHO.-----

"O Dr. Jorge Coelho foi Ministro da Administração Interna, foi Ministro das Obras Públicas e ficou conhecido em Portugal por ter sido o primeiro e até julgo que, o único político que se demitiu assumindo a responsabilidade política por um facto, que não tinha qualquer responsabilidade direta, mas que, era de uma área que tutelava.

Além disso, era uma pessoa frontal, direta, teve uma longa carreira política, foi um lutador anti antigo regime e era uma pessoa generosa e altruísta e, por isso, o Grupo do Partido Socialista propõe a apresentação de um voto de pesar pela morte do Dr. Jorge Coelho e que, esse voto se a assembleia o aprovar, seja transmitido à Família."-----

De seguida fez a seguinte intervenção política:

"Relativamente à intervenção política que queria fazer e começando pelas palavras o Dr. Penteadado Neiva em representação do PSD, nós não partilharmos da visão idílica e fantasiosa do PSD sobre o concelho de Esposende. E, a essa visão idílica e fantasiosa eu respondo com factos. E nos últimos 24 anos, se compararmos o que eram os concelhos vizinhos de Esposende, particularmente Viana do Castelo e aquilo que é Esposende, o que era há 24 anos e o que é hoje, quer um, quer outro, começando com Viana do Castelo, dos quais 24 anos ao mais alto nível, tiveram o atual Presidente da Câmara de Esposende, eu não me conformo que Esposende seja o concelho mais pobre, mais atrasado, o parente pobre dos concelhos vizinhos e só desta região. E isso são os indicadores económicos, são os indicadores de desenvolvimento e, esses indicadores a mim não me satisfazem e portanto, podem dizer o que quiserem, o Dr. Neiva vem sempre fazer este este elogio ao líder e ao desempenho, os Planos de Atividade, nos Orçamentos, é sempre a mesma história, a gestão é sempre maravilhosa,

antes do Dr. Neiva eram outros que faziam a mesma coisa, mas a realidade não é essa. E portanto, eu acho que aqui em Esposende e por isso é que se justifica que ao longo dos anos as mudanças políticas sejam tão pequenas, é que em Esposende, do ponto de vista sociológico, na minha opinião, nós ainda estamos num período que nos remete há 200 anos, na altura do Liberalismo e do Absolutismo. E Esposende ainda é uma sociedade Absolutista e Miguelista, na sua essência. Claro que há bolsas liberais, como houve, e houve pessoas dessas bolsas, incluído na altura da Primeira República, que estiveram à frente do Município e foram lufadas de ar fresco.

Mas sociologicamente é a mesma coisa, e portanto, quem quiser fazer a análise histórica do que se passa em Esposende e do que se passou nesses anos e até agora, é o que se passa.

O senhor Dr. pode não gostar mas é a nossa opinião e portanto, não queiram vir dizer, que isto é maravilhoso, que está tudo bem, que não é verdade, esta Câmara não fez nada durante três anos e meio, agora todos os dias se desdobra em propaganda na sua folha oficial e na internet, mas durante três anos e meio não fizeram nada.

Há obras que nós sabemos que estão paradas desde o anterior mandado, que não têm desenvolvido, e há outras que nunca se fizeram e vir falar agora do IPCA e da Estação Rádio Naval, até é ridículo, vai para 3 anos que a Câmara recebeu a Estação Rádio Naval e o Forte São João e continuam ao abandono, nem projetos têm, portanto, vir agora, o PSD até devia ter pudor de falar em alguns assuntos. Portanto, não é verdade o que dizem, naturalmente que o senhor Dr. não ia aqui criticar a Câmara nem esta maioria. Aliás, há uma coisa que eu não sei o que é que quer dizer, mas, que é assintomática, é que na última publicidade oficial, os Vereadores da Câmara desapareceram, já só aparece o Presidente da Câmara e o Adjunto ou Chefe de Gabinete nas fotografias, não sei o que é que isso quer dizer, mas os Vereadores da Câmara quase desapareceram, aparece de vez em quando um ou outro mas, desapareceram das fotografias, vamos esperar pela próxima lista a ver o que é que isso quer dizer.

De qualquer modo isso é problema deles, não é problema nosso, há uma coisa que é problema nosso, que é a falta de desenvolvimento do concelho, que é o atraso relativamente aos vizinhos e é a inércia que o concelho tem tido nos últimos anos, dos quais, dos últimos 24, 12 o atual Presidente da Câmara esteve ao mais alto nível nas funções políticas. E contra esses factos não há argumentos, são números, claro que esses números podem ser debatidos entre mim e o Presidente da Câmara, um dia que ele queira, já o desafiei várias vezes nunca o quis, mas eu estou sempre ao dispor, tem que ser é num debate público e com um moderador que seja um moderador aceite por ambas as partes.

Quanto ao resto esperemos que Esposende melhore, esperemos que nas próximas eleições as pessoas votem melhor, na nossa ótica naturalmente, esperemos que os ventos liberais e as ideias liberais, ao fim de 200 anos cheguem a Esposende, ou na sua maioria, não quer dizer que não haja pessoas que não tenham essas ideias em Esposende, mas na sua maioria, porque senão, andamos ainda, atrasados 200 anos no período do Senhor D. Miguel e do Absolutismo que ele defendia.

Obrigado."

Intervio depois a Sr.^a Deputada Municipal, Sandra Bernardino, do Grupo Político JPNT, fazendo a intervenção política que se transcreve:

*"Exmo. Sr. Presidente da AM e restante mesa
Exmos. Sr. s Deputados Municipais*

*Exmo. Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores
Caro público presente,*

Aproxima-se a passos largos o final de mais um mandato autárquico. Daqui a 3 ou 4 meses o executivo fica com as suas competências reduzidas e impossibilitado de praticar determinados atos de gestão.

Quer isto dizer que também nós, na qualidade de oposição, ficamos limitados naquela que é a nossa ação de acompanhar e fiscalizar a ação do Executivo e seus representantes.

Ao longo destes quase 4 anos não deixamos de ter um papel ativo, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal. Não nos resignamos ao simples papel de oposição. Fomos muito para além disso e por diversas vezes apresentamos propostas, fizemos sugestões, demos ideias, alertamos e sensibilizamos para os problemas das populações. Bem sabemos que raras vezes essas propostas e sugestões foram acolhidas pelo Executivo como sendo da nossa responsabilidade, mas, passado algum tempo eram acolhidas e implementadas como sendo da autoria do Executivo.

Passamos 3 anos de marasmo, com umas assinaturas de protocolos, uns planos de intenções e meia dúzia de intervenções nas freguesias que durante largos meses passaram fome, eis que no último ano tudo se altera.

Neste último ano saíram da gaveta os pedidos de apoio às instituições e associações, os apoios monetários às juntas de freguesia, os projetos guardados ao longo de vários anos, obras e mais obras, algumas delas de interesse e pertinência discutível.

Pelo segundo mandato consecutivo os esposendenses vão ser tratados como munícipes que aceitam o que lhes dão, sem qualquer escrutínio ou tempo de avaliação.

E ao contrário do que tem sido repetidamente dito, a justificação para o atraso nas obras e nas ações não é ou foi o COVID. A justificação é mesmo a estratégia política em algumas situações e a incapacidade do Executivo noutras.

Se há um ano atrás estávamos em pandemia, hoje também estamos. E se agora há capacidade para fazer, também poderia ter havido nos anos anteriores. E não houve!

Nos últimos anos foram alcançados balancetes de 8 e 9 milhões de euros, como se a Câmara Municipal fosse um banco rico com o nosso dinheiro.

É contra este estado de coisas que estivemos ao longo do mandato. Contra o show off, contra a propaganda feita nos boletins e jornais locais e regionais com o dinheiro de todos. Contra os presidentes de junta de mão estendida e que no último ano recebem aquilo a que deviam ter direito durante os 4 anos. Contra o desbaratar de dinheiros públicos em canais, muros e obras de arte que pouco ou nada trazem de relevante. Contra um conceito de smartcity que só serve os interesses de alguns.

O concelho de Esposende precisava e precisa de muito mais, mas começamos a perceber que para isso é preciso mudar. Mudar lideranças, mudar pessoas, mudar formas de atuação.

Esperamos que os esposendenses tenham a capacidade de ver estas necessidades, para bem de todos nós e do progresso e desenvolvimento da nossa terra.

Tenho dito."

Por último, interveio a Sr.^a Deputada Municipal, Tânia Mota, do CDS-PP, fazendo a intervenção política que se transcreve:

"Senhor Presidente os meus cumprimentos, na sua pessoa e na mesa cumprimento também o

Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e todos os demais presentes.

Tentarei ser breve na intervenção, espero não me alongar, se me alongar peço-lhe alguma tolerância. Isto dito, farei aqui uma intervenção política.

Celebramos no passado domingo, dia 25 de Abril, os 47 anos da Revolução dos Cravos e também o aniversário das primeiras eleições livres. Sobre este assunto o Grupo Político do CDS PP, com representação democrática nesta Assembleia, vai deixar a sua intervenção para a memória futura, sem a ler nesta Assembleia Municipal por uma questão de gestão de tempo, considerando, p. ex., que não se pode comemorar em pleno a revolução de Abril, nos moldes que esta Assembleia tem decorrido, para gáudio de alguns e para tristeza de outros. Também assim ia sendo na ditadura. E, porque não queremos fazer da revolução de Abril uma corrida contra o tempo, debaixo da opressão do tempo que temos para falar nesta Assembleia, entregamos a nossa intervenção ao Senhor Presidente da Mesa para memória futura e para que fique consignada em acta. Na verdade, celebrar a Liberdade não é, nem podem ser, meras palavras ou apenas o cumprimento de um dever, e ainda menos uma mera formalidade sem significado e conteúdo.

Na última assembleia o Sr. Presidente da Câmara, talvez por achar que os elementos do PSD nesta Assembleia não elogiam os seus feitos, pelo menos tanto quanto gostaria, disse: "que a oposição devia olhar e realçar o trabalho do município". Pois, não o podemos fazer. De qualquer modo, ficamos a saber que a Câmara fez, uma espécie de bica ou bebedouro, e que ofereceram garrafas e cantis para os alunos das escolas!

Por falar em escolas, lembramos a secundária Henrique Medida, e aquelas visitas de charme que se fazem, e fazendo a ponte com as regras da Covid, estranha-se que ainda não se tenham lembrado que os alunos façam filas intermináveis ou aglomerados para aceder às casas de banho (e nem se diga que este assunto não tem a importância que lhe pretendemos dar). Isto porque, como sabemos, o Sr. Presidente e o seu executivo são peritos em obras intermináveis, que é o que precisamente acontece com as obras desta escola, o que arrasta a falta de condições para a educação e formação dos nossos alunos.

Trata-se de mais uma obra sem fim à vista! Já sabemos que a culpa pode ser de todos, do empreiteiro, do arquiteto, do engenheiro, ou do tempo, da Covid, ou desta Assembleia... menos da Câmara! Certo é que nos comunicaram que as obras estariam há muito prontas e terminadas, mas permanecem!

Poderíamos também falar da necessidade de um auditório na Escola António Correia de Oliveira, há muito reivindicado pelos responsáveis daquela escola e que permanece por fazer.

Falando do Parque Temático dos Moinhos da Abelheira: queremos aqui dizer que ficamos satisfeitos com a notícia, mas ao mesmo tempo apreensivos! É que foram muitos anos de sonolência da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal. Mas vejamos, os moinhos estão classificados como imóveis de interesse municipal desde 2004, em 2009 foi feito e apresentado o projeto do Parque Temático dos Moinhos da Abelheira e iniciado o processo de negociação e compra de alguns moinhos. Passaram 11 anos, e o Sr. Presidente apenas conseguiu comprar 1 único moinho! Ora bem, por este ritmo para quando estará concluído este Parque Temático, faltando além do mais ainda os terrenos para acesso, zona envolvente de lazer, áreas de estacionamento, etc.? Ora, sendo esta obra importante para o concelho não se compreende o seu estado actual.

No fundo acontece com esta obra o mesmo que tantas outras, como são exemplo a ecovia do

Cávado em Fonte Boa, a ecovia litoral que parou em rio de moinhos, Escola do Facho e Museu do Sargaço em Apúlia, o mercado municipal, saneamento nas freguesias, que se encontram estagnadas há muito tempo. Bem sabemos que no tempo em que estamos, é preciso ir terminando e fazendo alguma coisa, nem que seja para levantar poeira!

Por fim,

Existe na opinião pública o fundado sentimento de que existem indivíduos e grupos que procuram no poder formas de alcançar objetivos. Vem isto a propósito de saber se é objetivo do Município colocar uns terrenos a sul da rotunda da zona industrial, a sul do "continente" em Gandra, numa zona que estaria destinada a zona habitacional e que irá passar para zona industrial... A nossa questão é a seguinte, existe alguma orientação para a alteração da classificação do solo, por parte do município, para esta zona? É que já se ouve falar de grandes superfícies comerciais..., numa zona onde o PDM atual apenas prevê construção habitacional. E convenhamos, com a revisão ao PDM em curso, este tipo de notícias não criam lá muita confiança em quem tem o dever de disciplinar e gerir o ordenamento do território, seja aqui ou em qualquer outro lugar.

Enfim, a população não vive só de paralelo e alcatrão! Tenho dito!" -----

Depois, apresentou uma declaração, nos seguintes termos:

"CDS PP – Comemoração do 25 Abril – ano de 2021

As comemorações do 25 de Abril que hoje realizamos são, para a Comissão Política do CDS PP de Esposende, um grande motivo de orgulho. Orgulho, porque evocamos a vontade destemida dos jovens capitães em abrir uma porta para que os portugueses pudessem, em conjunto, construir um novo rumo para o país.

Contudo, num período conturbado marcado pela pandemia e pela confiança, também temos muita preocupação pela enorme falta de clareza da política do futuro, naquele que é o 47º aniversário de uma das datas mais importantes da história portuguesa moderna, porque não basta celebrar as conquistas passadas, importa pensar em frente, lembrar que, nos dias de hoje, nem todas as conquistas de Abril são dados adquiridos, sendo essencial o tempero de Novembro. Falta muita coisa para se cumprir os desígnios de Abril, no nosso concelho e no país.

As gerações mais novas, parece impensável imaginar um mundo onde não seria possível fazer praticamente nada do que é possível hoje, num Portugal onde não havia liberdade de expressão, liberdade política, igualdade de género..., hoje importa decidir o futuro, individual e coletivo da nossa sociedade!

Hoje, passados 47 anos desta data histórica, outra revolução se impõe: a da aproximação dos eleitos e dos eleitores. O CDS PP sempre afirmou não reconhecer autoridade a algumas forças políticas que se assumem como proprietários do 25 de Abril. A Democracia é nossa, é do povo, que a conquistou na rua e no seu dia-a-dia. E deve ser de todos. Dos que a construíram e de todos os que nela vivem. Senão, não se chama Democracia. A Liberdade não tem, nem pode ter, dono. Claro que todo o passado tem os seus momentos de glória e de fracasso.

Mas ainda hoje todos estamos saudosos por fazer nascer os mais puros ideais de Abril de 1974 e também de um tempo onde fomos sonhadores e aventureiros, como fomos grandes, nos Descobrimientos, esse período onde um punhado de homens valentes e destemidos partiam de Portugal e descobriram novos territórios, novos povos e com eles difundimos a nossa cultura e a nossa língua.

O CDS PP de Esposende vive Abril sem renegar a história e as tradições, sendo este também um momento impar para lembrar o que a democracia representa para nós e enaltece os princípios fundamentais da igualdade, da liberdade e da tolerância, o que nem sempre acontece neste nosso Concelho, basta assistir às sessões das Assembleias Municipais e facilmente se percebe que não somos assim tão iguais nem tão livres.

Se os políticos nem sempre são bom exemplo, que seja o povo com a sua participação ativa e reivindicação cívica a promover a contínua mudança e a exigir os seus direitos. Não nos deixemos amedrontar!

Neste período pandémico devemos partir do princípio de que aquilo que temos hoje não é perfeito, mas que com o empenho de todos podemos caminhar nessa direção, aproximando-nos o mais possível daquilo que, efetivamente, está ao nosso alcance e lutarmos convictamente para que, no futuro, as coisas se tornem ainda melhores, para que nas próximas comemorações do 25 de Abril, olhemos para 2021 e nos pareça que valeu a pena lutar pela renovação da política atual, antecipando a luta e o jogo de interesses, assim como na prevenção de erros ou omissões, contra a corrupção, e de uma permanente proximidade às reais necessidades das pessoas.

Viva o 25 de Abril! Viva Esposende! Viva Portugal!"

Terminadas todas as intervenções e antes da intervenção do Senhor Presidente da Câmara para responder às questões sobre a informação escrita, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, interrompeu os trabalhos por três minutos, para conferência de líderes, com vista à discussão dos votos de pesar e das recomendações apresentadas.

Pelas vinte e uma horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou os trabalhos, colocando à votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, tendo-se obtido as seguintes votações:

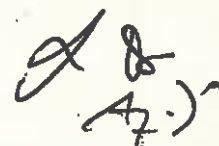
1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. JOÃO MOTA PEREIRA DE CAMPOS.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR, DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP, DO JPNT E DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E 5 VOTOS CONTRA, DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO PCP, APROVAR UM VOTO DE PESAR, SUBSCRITO PELOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, CDS-PP, JPNT E PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, PELO FALECIMENTO DO DR. JOÃO MOTA PEREIRA DE CAMPOS.

MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.

2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. ANTÓNIO JOAQUIM DE ALMEIDA HENRIQUES.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS, PELO FALECIMENTO DO DR. ANTÓNIO JOAQUIM DE ALMEIDA HENRIQUES.



MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA E A TODOS OS VISEENSES.-----

3 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. JORGE COELHO.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS, PELO FALECIMENTO DO DR. JORGE COELHO.-----
MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.-----

4 – RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA QUE, COM A MÁXIMA URGÊNCIA, INCITE O ACES E A ARS-NORTE A TOMAR AS DEVIDAS MEDIDAS PARA TORNAR POSSÍVEL A REABERTURA IMEDIATA DO CENTRO DE SAÚDE DE BELINHO.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP.--

5 – RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA QUE, LUÍS GOMES VIANA VEJA OS SEUS MÉRITOS RECONHECIDOS NO DIA 19 DE AGOSTO – DIA DO MUNICÍPIO.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PS.---

Terminadas as votações, o senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os senhores deputados municipais sobre se havia questões relativas à Informação Escrita do senhor Presidente da Câmara.-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

O Senhor Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e para a sua intervenção política, uma vez que, não havia pedidos de esclarecimento relativamente à Informação Escrita do senhor Presidente da Câmara.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

*“Senhor Presidente da Assembleia,
Restante Mesa,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta,
Público presente,*

De forma muito sintética, até porque não foram colocadas praticamente nenhuma questão, deixar uma referência à intervenção do Dr. Neiva, agradecer-lhe as suas palavras e a compreensão por aquilo que é o desenvolvimento do trabalho do executivo. Dar uma nota, porque falou aqui do projeto Rio Neiva que é, efetivamente, é um projeto inovador e de estreita cooperação intermunicipal e dizer-lhe que, precisamente amanhã pelas 10h30 da manhã, estarei em Coimbra a assinar um protocolo de financiamento para esse mesmo projeto. Com muita pertinência, porque foi apresentada há três dias ou quatro e a verdade é que amanhã já teremos o financiamento para esse mesmo projeto. É uma excelente novidade para todos e para mim também foi, quando fui convidado ontem, para estar amanhã em Coimbra, na presença do Senhor Primeiro-Ministro. Portanto, é com todo o gosto que lá estarei para assinar esse mesmo protocolo de financiamento.

Quanto às questões do IPCA, da Universidade do Minho, nós já sabemos que são projetos que demoram imenso tempo a concretizar e, portanto, é preciso muita resiliência e muita paciência, mas o que interessa é o resultado final e aquilo que vai efetivamente acontecer. Houve a confirmação deste projeto da Universidade do Minho há dias, com uma reunião com o Reitor da Universidade do Minho, e com o Vice-Reitor para a Inovação e, portanto, foi com muito agrado que fomos reconfirmar esta vontade por parte da Universidade do Minho que era a única coisa que poderia pôr em perigo este projeto, em boa verdade. Do IPCA, na próxima reunião de Câmara, de hoje a 8 dias, será aprovado o projeto para lançarmos o concurso público e, portanto, está tudo muito bem encaminhado, é preciso ter um bocado de paciência e calma com estas coisas, mas elas vão mudar com toda a certeza, aquilo que nós conhecemos como o Município de Esposende, do ponto de vista das suas dinâmicas e a presença do ensino superior, foi sempre uma coisa que se tentou conseguir para o concelho e que nunca se tinha atingido até agora.

A questão do Paulo Gonçalves, já era para ter sido no dia 12 de janeiro, mas infelizmente não foi possível, e, por isso, foi agora. Há um conjunto de outras coisas para fazer ainda de homenagens a este grande homem e, portanto, lá estivemos e cá estamos para cumprir com aquilo que prometemos também em relação a essa matéria.

Hoje foi também um dia muito importante. Curiosamente hoje ninguém fala do Centro de Negócios, da Start Esposende, tantas vezes já se falou disso nesta Assembleia, mas hoje ninguém quis falar do assunto, talvez por perceberem que, de facto, o projeto é um projeto muito grande, que é um projeto que já está devidamente implantado e que só hoje foi inaugurado. Mas mais uma vez só veio provar que estávamos certos, valeu a pena aguardar, valeu a pena esperar e quando os méritos são reconhecidos pelos membros do Governo com as palavras que ouvimos aqui neste palco ainda hoje, acho que deitam por terra todas as teorias catastrofistas relativamente a estas coisas. E mais contentes estarão aqueles que já são beneficiários deste mesmo projeto, nomeadamente as empresas do nosso concelho.

Relativamente à intervenção do Dr. Cepa, quanto à questão da Unidade de Saúde de Belinho, nós não podemos estar mais de acordo. Já o fazíamos, é uma redundância, mas sim, vamos continuar a insistir junto do ACES e da ARS para que reabra a Unidade de Saúde de Belinho, porque assim nos foi prometido também. Também é verdade que não coloca a ideia de que não tem condições, porque ela sempre funcionou até agora, foi melhorada e, portanto, se ela funcionava, foi melhorada e agora é que não tem condições, alguma coisa não bate certo nesta lógica e todos compreenderemos isso com toda a certeza.

Relativamente às intervenções do Dr. Tito, são dentro do seu registo habitual, mas eu não

consigo aceitar que as pessoas de Esposende estão 200 anos atrasadas, só porque não concordam com as ideias e não conseguem reconhecer os méritos das pessoas do Partido Socialista. Mas reconhecem os nossos e, portanto, eu acho que isso é o que verdadeiramente importa. mas não deixa de ser uma coisa incrível de se dizer numa Assembleia Municipal.

Comparar Esposende com Viana do Castelo, bem, eu não sei em quê, eu estive a fazer um exercício de memória e dos meus poucos conhecimentos, só mesmo se for pelo facto de o dia do Município de Esposende ser o dia 19 e dia 20 ser em Viana, é a única comparação possível, porque Viana do Castelo tem 320 Km quadrados de área e nós temos 95, tem 3 vezes mais, tem quase o triplo da população de Esposende, tem o triplo das freguesias, portanto, naturalmente tem outras dinâmicas, é perfeitamente normal, é comparar o incomparável. A verdade é que nós devemos ser comparados com aqueles municípios que são da nossa dimensão, e nós colocamo-nos ao nível de Beja, que é uma capital de distrito, ou de Bragança que é uma capital de distrito, que têm essencialmente a nossa população, e então aí já podemos conversar. Quando vamos comparar-nos com Viana do Castelo, ou com Braga, ou com o Porto, ou com Lisboa, não sei, podemos comparar-nos com Londres também, já agora, se é para exagerar, nós também sabemos fazer esse jogo. Se é para falar de coisas concretas, não me parece que isto seja uma comparação passível de ser feita. Nós olhamos para Viana como um parceiro, como aliás provamos há dias no projeto que temos do Rio Neiva, sempre como um parceiro, sempre nessa perspetiva, numa complementaridade àquilo que é o nosso território. Eles, com uma vertente muito mais desenvolvida em termos industriais, o que é perfeitamente normal, têm um porto de mar, têm outras condições. Nós temos outras coisas, temos a componente ambiental, temos outro modelo de desenvolvimento completamente distinto, achamos que é complementar. Não fico nada ciumento em relação ao desenvolvimento dos outros municípios. Sabemos o que estamos a fazer e temos uma excelente qualidade de vida da nossa população. Interessa-me é, hoje, poder ter dito aqui com toda a certeza que temos cerca de 5% de desemprego no nosso concelho, isso a mim interessa-me. Agora, se os outros conseguem ter mais volume de negócios, mais empresas, pois claro então se eles são muito maiores que nós, porque é que deviam ter menos? Seria algo de muito complicado se assim fosse.

Da Dr.ª Sandra Bernardino eu gostava de comentar alguma coisa, mas nunca consigo comentar o que diz, porque é sempre a mesma coisa, desde a primeira vez que houve uma Assembleia Municipal é sempre o mesmo registo, sempre a dizer mal, sempre a criticar. Eu estava à espera que aparecesse uma ideia para o concelho, uma coisa positiva que a gente pudesse aproveitar, mas vou ter que continuar à espera e só temos mais duas Assembleias e não vai ser fácil.

De resto, da Dr.ª Tânia Mota, a questão dos bebedouros e das bicas, essas coisas não são coisas menores, estamos a falar de educação ambiental e a questão do ambiente preocupa-a com toda a certeza, são pequenas iniciativas é verdade, mas também não as tornamos grandes. Nós fizemos daquilo uma coisa perfeitamente normal, fomos a uma escola secundária e fizemos a entrega. Aquilo não aconteceu só na escola secundária, foi entregue noutras escolas também. É um projeto que vamos ter financiamento para ele: uma parte é financiada, não tem qualquer tipo de problema, é como fazermos a educação ambiental a outros níveis, já temos um histórico de mais de 20 anos de educação ambiental no nosso concelho, já deve ir para 25. Não tem qualquer tipo de problema, não deve ser menorizado. Coisas grandes são coisas grandes, obras como o canal que também menoriza, mas é uma obra importantíssima, assim como os investimentos do IPCA, etc. Essas são as verdadeiras obras importantes, mas as

coisas pequenas também são coisas importantes e não devem ser desvalorizadas. Assim como os Moinhos da Abelheira, é verdade, são objetivos que perseguimos há muito tempo, eu e outros antes de mim, mas pela primeira vez alguma coisa vai ser feita naquele local em 3 moinhos, porque surgiu uma oportunidade de financiamento também, como é evidente, e soubemos aproveitá-la, e pela primeira vez vai haver uma intervenção naquele espaço que muito vai ser valorizado.

Quanto às várias obras que falou, é importante que perceba uma coisa: nós vivemos efetivamente um período muito complicado nos últimos tempos, isso afetou quer os recursos humanos da própria câmara, como deve imaginar, como aconteceu em todas as empresas, da mesma maneira que afetou as empresas prestadoras de serviços. Essas coisas acontecem, toda a administração central acabou por ficar condicionada também por via da Covid, é preciso pareceres; etc, vistos do Tribunal de Contas, há uma complexidade que é gerada pela necessidade da transparência nos processos e nós não os podemos ultrapassar. Fazemos quando podemos, não é por nenhum tipo de inércia. Quando temos oportunidade fazemos. Tínhamos todo o interesse que o que estamos a fazer hoje tivesse sido feito há um ano ou dois, se não o fizemos foi porque não conseguimos e não tem a ver com falta de profissionalismo ou de empenho, não tem nada a ver com isso, tem a ver com a realidade dos factos e a verdade é que, eu expliquei aqui há uns tempos, por exemplo relativamente ao empréstimo que foi aprovado em 2019, a dificuldade que foi o Tribunal de Contas dar um visto, que depois, deu de uma hora para a outra. Eu enviei os documentos na Quinta-feira Santa, às 16 horas e às 18 horas tinha a resposta do Tribunal de Contas com o visto prévio concedido, isto é ridículo, porque demoramos imenso tempo a reunir a documentação e houve uma resposta quase automática em relação à documentação que entregámos, o que denotou uma falta de respeito enorme pelo Município de Esposende, porque demorou muito tempo a conseguir juntar aquela documentação, atrasou-nos imenso a execução de algumas obras por via de não conseguirmos aceder a esse financiamento, e depois..., mas isso é a realidade deste país e a responsabilidade de gerir este país neste momento, por acaso, não é dos autarcas a esse nível, é do governo que já lá está há muitos anos e que não tem conseguido desburocratizar e resolver estes problemas. Esta é que é a realidade. Grande parte da dificuldade em executar fundos comunitários, em levar as obras por diante, advém disso, aliás, vem agora aí um pacote e até foi aprovada há dias uma alteração ao Código dos Contratos Públicos, por parte deste Governo, no sentido de simplificar muitos desses procedimentos, porque reconhecem efetivamente a burocracia associada e as dificuldades em executar os próprios fundos comunitários. Portanto, nós estamos aqui para assumir as nossas responsabilidades, como é evidente. Era o que faltava que assim não fosse, mas também, elas têm que ser feitas com algum sentido de justiça, mesmo assim, olhando para a informação escrita, para as últimas páginas que lá estão, vê valores muito elevados, como nunca se viram no concelho de Esposende, sem paralelo, e, portanto, isso há-se querer dizer alguma coisa. As obras estão aí, uns sentem-se incomodados com as obras que estão a acontecer, outros dizem que não está a ser feito nada. Nós convivemos com opiniões diversas, mas sabemos o caminho que estamos a prosseguir e vamos continuar a fazê-lo, com toda a convicção.

Muito obrigado!"

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, o senhor Presidente da Assembleia Municipal entrou no Período da Ordem do Dia, informando nos termos regimentais o público presente, que não o tendo feito previamente, se podia inscrever para

intervenção no Período de Intervenção do Público, no final da presente sessão.

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

02.01 – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO CONSULTIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL, PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO Nº 1 DO ARTIGO 7º DA PORTARIA Nº 277/2015, DE 10 DE SETEMBRO. _____

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 25 de março de 2021, foi presente na sessão proposta para que Assembleia Municipal de Esposende, para efeitos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 7º da Portaria nº 277/2015, de 10 de setembro, indique o seu Representante efetivo e respetivo suplente que o possa substituir nas suas faltas e impedimentos, para integrar a Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Colocado o assunto à discussão, não se verificaram intervenções.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, COM 17 VOTOS A FAVOR, 9 VOTOS CONTRA, 2 ABSTENÇÕES E 1 VOTO EM BRANCO, E ASSIM, DESIGNAR PARA REPRESENTAR A ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO CONSULTIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL COMO REPRESENTANTE EFETIVO O SENHOR DEPUTADO MUNICIPAL, ANTÓNIO JOSÉ PEREIRA MORGADO E COMO SUPLENTE O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, AURÉLIO MARIZ NEIVA. _____

02.02 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO ÂMBITO DA LEI Nº 50/2018. _____

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 25 de março de 2021, foi presente na sessão para aprovação, proposta no sentido de comunicação à Direção-Geral das Autarquias Locais até 17 de maio do presente ano, que o Município de Esposende, não pretende assumir, relativamente ao ano de 2021 e no domínio da ação social, as competências em matéria de serviço de atendimento e de acompanhamento social (SAAS) de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como em matéria de celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do RSI, reguladas pelas portarias nº 63/2021 e nº 65/2021 e previstas no Decreto-Lei número 55/2020, de 12 de agosto. Fica arquivado original da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante. _____

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 19 VOTOS. A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DO PCP E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CHÃ E FORJÃES, 8 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO JPNT E 2 ABSTENÇÕES DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DO PRESIDENTE DE JUNTA DE GEMESES, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL NO SENTIDO DA COMUNICAÇÃO À DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS ATÉ 17 DE MAIO DO PRESENTE ANO, QUE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NÃO PRETENDE ASSUMIR, RELATIVAMENTE AO ANO DE 2021 E NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, AS COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO E DE ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS) DE PESSOAS E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL, BEM COMO EM MATÉRIA DE CELEBRAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DE INSERÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO RSI, REGULADAS PELAS PORTARIAS Nº 63/2021 E Nº 65/2021 E PREVISTAS NO DECRETO-LEI NÚMERO 55/2020, DE 12 DE AGOSTO.-----

Pelo membro do PCP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O PCP entende que a transferência de competências, em diversas áreas, do Poder Central para os Municípios, tal como está concebida nos diversos diplomas legais atinentes a esta matéria, mais não é do que a transferência de encargos sem o necessário e correspondente financiamento. E, neste quadro, aceitar quaisquer transferências de competências tornaria mais difícil a resposta aos problemas das populações, com riscos de degradação do serviço público. Ademais, considera o PCP que o afastamento do Poder Central em áreas essenciais e o facto de, em todos os domínios, apenas serem transferidas para as autarquias competências de «mera execução», coloca os municípios numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do poder central. Por isso, o PCP, coerente com a posição que vem assumindo sobre esta matéria, vota a favor da proposta da Câmara Municipal de não aceitar a transferência de competências na área social.”*-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos contra pelas razões que referimos em anteriores deliberações sobre o assunto em reuniões em anteriores, e para cujas declarações de voto remetemos, ou seja incompetência e incapacidade do presidente da câmara para exercer essas competências que o Estado quer transferir para o Município.*

Apesar de nada de bom esperarmos deste presidente de câmara, o pior de que há memória na história, pelo menos dos últimos cem anos do concelho, e desta laudatória maioria PSD, acabamos de ser surpreendidos durante a intervenção do Arqtº Benjamim, Pereira no período antes da ordem do dia, em que afirmou que Esposende não se deve comparar com os concelhos vizinhos, nomeadamente com Viana do Castelo, deve antes “comparar-se com concelhos da sua dimensão como Bragança ou Beja”.

Sic!

Parece mentira, mas é verdade!

Depois da afirmação do presidente da câmara apetece ironizar com a comparação, e depois da recente iniciativa publicitária da Câmara de Esposende, perguntar-lhe estava a referir-se ao famoso do robalo de Bragança, ou à lampreia de Beja?

Se calhar estava era mesmo a referir-se aos chaparros de Esposende.

Os concelhos vizinhos comparam-se por níveis de desenvolvimento e económicos "per capita" e não por números "totais", caso contrário a China e a Índia seriam muito melhores do que a Suíça ou a Noruega, e todos sabemos que são piores, e Esposende até tem uma localização geográfica melhor do que Viana.

Enfim!"

Pelo membro do CDS PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: "*Abstivemo-nos e remetemos para anteriores declarações de voto apresentadas a propósito da transferência de competências para as autarquias. Com efeito, o CDS-PP em anteriores assembleias e a propósito da transferência de competências para as autarquias, sempre foi de entendimento de que essa transferência, entre outros, teria de ser, necessariamente, acompanhada dos meios necessários e do respectivo pacote financeiro, motivo pelo qual, foi acompanhando a posição do Executivo nesta matéria. Porém, entretanto, decorreu bastante tempo desde o início da discussão deste assunto e, além disso, a transferência de competências será uma inevitabilidade. Assim sendo, consideramos que o executivo deveria preparar-se para receber as referidas competências.*"

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: "*Por desnecessidade de maiores considerações, transcrevemos a declaração de voto do vereador Rui Pereira, a qual subscrevemos na íntegra pelas razões por aquele apontadas:*

"A Câmara Municipal de Esposende ao não aceitar as competências previstas nas portarias 63/2021 e 65/2021 e previstas no DL 55/2020 de 12 de Agosto está, mais uma vez, a desresponsabilizar a sua acção numa área tão sensível como é a área social e de apoio aos mais necessitados. Está a perder uma grande oportunidade de ser um município verdadeiramente agregador, com respostas sociais integradas no apoio aos mais desfavorecidos. Esta falta de estratégia e decisão é ainda menos compreensível quando, nos últimos anos, o Executivo Municipal tem contratado muitos recursos humanos com a justificação da necessidade de preparação das transferências do Estado".

02.03 – APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2021 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião extraordinária realizada no passado dia 26 de abril de 2021, foi presente na sessão, para aprovação, Alteração Orçamental Modificativa dos Documentos Previsionais para o ano de 2021 – Orçamento, Grandes Opções do Plano, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 21 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DO DEPUTADO DO PCP E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 8 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DO JPNT E DO CDS-PP, APROVAR A DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, DE APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O CORRENTE ANO, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA, ASSIM COMO A CONSEQUENTE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, CONFORME MAPAS ANEXOS À PROPOSTA.-----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Por desnecessidade de maiores considerações, transcrevemos a declaração de voto do vereador Rui Pereira, o qual subscrevemos na íntegra pelas razões por aquele apontadas:*

“Em concordância com a intenção de voto manifestada na votação dos documentos previsionais para o ano 2021, votamos contra, por não concordarmos com a estratégia definida e as grandes opções do plano que o mesmo contempla.

Um mau orçamento não passa a ser um bom orçamento com uma simples revisão”.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Partido Socialista vota contra pelas razões que referimos em anteriores deliberações sobre o assunto, uma vez que esta alteração em nada altera, substantivamente, o orçamento e plano de que discordámos anteriormente.”*-----

Pelo membro do CDS PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos contra e remetemos para as nossas anteriores declarações de voto a propósito dos documentos previsionais apresentados pelo Executivo na sessão desta Assembleia de 30.11.2020. Trata-se de mais uma alteração orçamental modificativa dos documentos previsionais para o ano de 2021, sendo que se mantém as razões de fundo estruturantes do nosso anterior voto. Assim, citamos a declaração de voto apresentada a esse propósito: “(...) analisados os documentos previsionais, parece haver lapso quando se fala em novos projectos, já que os mesmos são antigos para não dizer que são “velhos”. A cada ano eu passa os documentos previsionais repetem projectos e objectivos, que ficam sempre por concretizar. Falta visão para o desenvolvimento estrutural de longo prazo para o concelho e não nos referimos apenas à estratégia urbanística, mas também à estratégia económica, empresarial, social, cultural, entre outras. Falta também a estratégia de concretização ou execução, já que os projectos são anunciados e não saem dos documentos previsionais. Acresce que no que se refere aos impostos e às taxas arrecadadas, os mesmos aumentam a cada ano que passa, à custa dos rendimentos dos Esposendenses, sem qualquer retorno.”*-----



02.04 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA RECONHECIMENTO DO INTERESSE MUNICIPAL DO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR – IPCA, A CONSTRUIR EM ESPOSENDE, AO ABRIGO DA ALÍNEA K) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião extraordinária realizada no passado dia 26 de abril de 2021, foi presente na sessão proposta para apreciação e deliberação, da Assembleia Municipal para que, no uso das competências previstas na alínea k) do nº 2 do artigo 25º, Reconheça o Relevante Interesse Municipal daquele equipamento. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.

Colocado o assunto à discussão, não se verificaram intervenções.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO JPNT, DO CDS-PP, DO PCP E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 3 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, E ASSIM, RECONHECER O RELEVANTE INTERESSE MUNICIPAL DAQUELE EQUIPAMENTO.- Não participou na discussão e votação do assunto, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, por se encontrar legalmente impedido nos termos do Código do Procedimento Administrativo e ao abrigo do disposto no nº 6, do artigo 55º do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Partido Socialista vota contra pelas seguintes razões:*

Sempre defendemos a necessidade, e importância, da instalação de um Pólo de Ensino superior em Esposende, de preferência público.

O IPCA anunciou que vai instalar um Laboratório em Esposende dedicado à inovação e sustentabilidade alimentar, e vai realizar cursos de verão.

Nada disso constitui um Pólo de Ensino Superior como sempre defendemos para Esposende.

Um Pólo de Ensino superior, para nós, implica leccionar durante o período regular de aulas, vários cursos, licenciaturas e mestrados em Esposende, pois só assim criará “massa crítica”, atrairá movimento e fixará estudantes em Esposende na época baixa, entre Setembro e Julho, que é o período do ano em que Esposende tem menos gente, do que se ressentem o comércio, serviços, e em geral toda a atividade económica.

Cursos de Verão, na altura em que já temos cá muita gente, não é o caminho, pelo contrário, é a opção errada.

Obviamente o que vai ser feito é melhor do que nada, mas não é o que mais, e verdadeiramente interessa a Esposende, e para além disso não constitui a instalação de um “verdadeiro” Polo do Ensino Superior em Esposende como defendemos.

Por último, convém esclarecer que o Pólo do IPCA ainda não tem instalações construídas,

*nem terá tão cedo, mas para o qual a câmara já adquiriu mobiliário. Parece mentira, parece anedota, mas é a verdade. É assim que o concelho de Esposende é (mal) gerido pelo atual presidente da câmara e pela sua maioria laudatória.
Desse modo, os eleitos do Partido Socialista votam contra.* -----

Pelo membro do CDS PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: "Votamos favoravelmente porque se trata de uma medida que vendo a luz do dia constituirá uma mais valia para o concelho. A nossa declaração de voto prende-se com a preocupação, que, aliás, vem sendo recorrente com a execução dos projectos anunciados para serem implementados no concelho. Com efeito, esperamos que a execução do projecto seja tratada de forma activa e eficaz com vista a ser breve e não se prolongar por anos sem fim, como é o caso de outros projectos, já amplamente anunciados há demasiado tempo e que não saem do plano das intenções, o que se traduz em prejuízo para o nosso concelho." -----

02.05 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA RECONHECIMENTO DE INTERESSE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL, PARA ASSEGURAR O ACESSO AOS APOIOS PREVISTOS NO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EM VIGOR NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião extraordinária realizada no passado dia 26 de abril de 2021, foi presente na sessão para apreciação e deliberação, a Declaração do Interesse para o Desenvolvimento Local, do investimento proposto pela empresa Black Oak Company, Lda, assegurando desta forma o acesso aos apoios previstos no Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento em vigor no Município de Esposende. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Colocado o assunto à discussão, não se verificaram intervenções.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 26 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO JPNT, DO CDS-PP, DO PCP E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 3 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, E ASSIM, DECLARAR O INTERESSE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL, DO INVESTIMENTO PROPOSTO PELA EMPRESA BLACK OAK COMPANY, LDA., ASSEGURANDO DESTA FORMA O ACESSO AOS APOIOS PREVISTOS NO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO EM VIGOR NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE. -----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: "O Partido Socialista abstém-se pelas seguintes razões:
Somos a favor de iniciativas amigas do investimento em Esposende, que passem pela



instalação de indústrias não poluentes, e criadoras de emprego, devendo a Câmara fazer o que está ao seu alcance para as conseguir fixar no concelho.

Contudo, sempre que estão em causa dinheiros públicos, seja pela sua subsidiação, seja pela isenção fiscal, é imperioso que haja a mais completa, criteriosa, e transparente informação.

Ora, por culpa exclusiva de quem gere a Câmara, a informação que chega à Assembleia Municipal é sempre insuficiente, vaga, e opaca, o que acontece neste processo (nem sequer uma planta de implantação, e alçados do edifício é junta), como aconteceu noutros idênticos que foram remetidos à Assembleia Municipal.

Assim, por respeito aos promotores, que não têm culpa da incompetência de quem gere a autarquia, e por defendermos o princípio de apoio à instalação de indústrias não poluentes no concelho, não votamos contra, como seria lógico pelas insuficiências da proposta, e abstermo-nos."

02.06 - APRECIACÃO DAS DELIBERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL E DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA RELATIVAS AOS ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA LEI 35/2020, DE 13 DE AGOSTO:

DESPACHO 01/ABR/2021 E DESPACHO 03/ABR/2021 - RELATIVOS À ADOÇÃO DE MEDIDAS DE CARÁTER EXCECIONAL DE APOIO À POPULAÇÃO NO ÂMBITO DO COVID-19 E AO PLANO DE CONTINGÊNCIA DO MUNICÍPIO - PARA CONHECIMENTO.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

02.07 - PARA CONHECIMENTO:

02.07.01 - PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE TAXAS, AO ABRIGO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

02.07.02 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO NO ANO DE 2020, NOS TERMOS DA ALÍNEA H) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, CONJUGADO COM O Nº 2 DO ARTIGO 10º DA LEI Nº 24/98, DE 26 DE MAIO.

02.07.03 - RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO E DO ARTIGO 54º DO DECRETO-LEI Nº 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO:

. EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM:

- RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - 2020.

- PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - 2021.

. ESPOSENDE 2000 - ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M:

**- RELATÓRIO E CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2020 E
RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO.—**

De harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal, foram presentes na sessão, para conhecimento, Pedidos de Isenção e de Ratificação de Taxas, ao abrigo das medidas preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal em 30 de novembro de 2015, Relatório de Avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2020, Relatório de Acompanhamento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas - 2020 da empresa municipal EAmb - Esposende Ambiente, EM, Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas - 2021, da empresa municipal EAmb - Esposende Ambiente, EM e Relatório e Contas referentes ao ano de 2020 e Relatório de Boas Práticas de Governo Societário da empresa municipal Esposende 2000 - Atividades Desportivas e Recreativas, EM. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

EXTRA-AGENDA:

**02.08 - ELEIÇÃO DE TRÊS CIDADÃOS ELEITORES QUE REPRESENTARÃO A
CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ESPOSENDE,
NOS TERMOS DA AL. L) DO Nº 1 DO ARTº 17º DA LEI Nº 147/99, DE 01 DE
SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 142/2015, DE
08 DE SETEMBRO.-----**

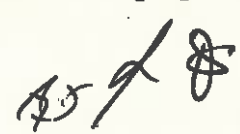
Foi presente na sessão ofício da CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Esposende, onde é solicitado à Assembleia Municipal de Esposende que promova a eleição dos seus representantes na Comissão Alargada da CPCJ, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Colocado o assunto à discussão, pelo deputado municipal do PS, Tito Evangelista, foi sugerido proceder à votação deste ponto pelo método de Hont e não de listas. Colocada pelo Presidente da Mesa a votação através de tal método de votação, o mesmo foi rejeitado por maioria, com 10 votos a favor, 3 abstenções e 16 votos contra.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA "A" APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, COM 17 VOTOS A FAVOR, 9 VOTOS CONTRA E 3 ABSTENÇÕES, E ASSIM, DESIGNAR PARA REPRESENTAÇÃO NA CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ESPOSENDE, OS CIDADÃOS MARIA ALEXANDRA CAMPOS ESTEVES FARIA DE VILAR, OTÍLIO DA SILVA HIPÓLITO E ARMANDO LUÍS LOPES MARTINS.-----

Pelo membro do CDS PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: "A propósito



deste ponto da ordem dos trabalhos foi colocada à votação à assembleia uma proposta com vista a que a eleição dos referidos três cidadãos eleitores que representarão a CPCJ de Esposende, fossem eleitos através do método de Hont.

Votamos favoravelmente esta proposta para que a eleição decorresse de acordo com as regras deste método, na medida em que o referido método permite a eleição de cidadãos de diferentes sensibilidades, designadamente políticas, o que constitui uma mais-valia para as organizações. Além disso, não é possível ignorar nem deixar de lembrar que esse foi o método pelo qual fomos eleitos para integrar esta Assembleia Municipal.

Ora, a mesma Assembleia que foi eleita de acordo com este método negou a possibilidade de serem eleitos cidadãos para representar a CPCJ de Esposende nos mesmos moldes e através do mesmo método, o que quanto a nós é esclarecedor quanto à democraticidade desta eleição.”

03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado uma inscrição, do senhor Manuel Melo, que em síntese disse:

*“Boa noite Senhor Presidente,
em seu nome cumprimento todos os Deputados e
Senhores Presidentes de Junta,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,*

A minha intervenção vai no sentido da última assembleia, em que houve aqui uma Moção ou uma Recomendação do JPNT sobre a ação cinegética e os limites de caça. Há 8 anos, já vou no terceiro mandato, que presido ao clube de Caça e Pesca ao sul do Cávado, e, por inerência, temos a gestão da zona de caça municipal 2600 que tem 7 freguesias que nós exploramos. Não compreendi muito bem essa moção e depois também esperei desde a última assembleia até esta que fossemos contactados pelo Conselho Municipal Cinegético sobre essa temática, ou esse tema, e, como não fomos, daí a minha intervenção.

Nós temos sensivelmente 254 hectares de exploração cinegética e, somos um grupo de caçadores. Além dos sócios do clube e da zona de caça municipal, temos gente de todo o lado que nos visita, que gosta de caçar e nós estamos debaixo de uma coisa que para nós é um bocado anormal que é o Parque Natural, porque temos critérios que outros clubes não têm, e nós respeitamos todos esses critérios. Se vocês não sabem ficam a saber que, por exemplo, a Freguesia de Gandra está toda considerada como zona de refúgio. Nós respeitamos as áreas sociais, as áreas de refúgio, por isso, nós implementamos na nossa área de exploração, a área de Gandra na sua totalidade como área de refúgio. Claro que há canoístas; há atletas, há ciclistas, nós também somos caçadores, também gostamos de usufruir do nosso lazer, do nosso desporto e não queremos ser empurrados como um parente pobre desta situação, nós queremos ser tratados com respeito.

O Clube de Caça e Pesca ao sul do Cávado já existe há 35 anos e depois, por força do que foi recomendação do Governo, foram criadas zonas de caça municipais e nós ficamos com a zona de caça 2600, que nós exploramos, em que temos 250 hectares de exploração cinegética. Nós só pedimos é que nos respeitem! Não é chegar aqui com recomendações e moções, quando não se conhece o tema, nem as causas e, querer delimitar, ou limitar, aquilo que não se conhece. Quando nós, e eu não sei se existe Conselho Municipal Cinegético, há 8 anos que faço parte, que estou a presidir ao Clube, e nunca fui chamado, nunca fui ouvido e gostava que não decidissem nada sem ouvir os clubes de caça e pesca, neste caso de Apúlia, Belinho, Antas e Vila Chã, porque isto aqui é importantíssimo falar com as pessoas que estão no terreno, que estão incumbidas disto aqui assim. Não é tomar decisões, vir aqui para uma assembleia apresentar uma moção ou uma recomendação, quando não se conhece os temas. Primeiro deviam falar com as pessoas e, depois, saber o que é que se está a dizer. Nós respeitamos quer o ambiente, quer o lazer e o desporto. Nós também fazemos lazer e desporto, é um desporto um bocado dispendioso para aqueles que o praticam, abatemos espécies é verdade, mas respeitamos as espécies que abatemos, não matamos tudo, não somos daqueles daquela herdade que dizimou tudo, matamos aquilo que nos compete matar. Nós podemos matar dois coelhos por dia de caça, uma perdiz por dia de caça, dez patos por dia de caça, cinco rolas por dia de caça, dez pombos por dia de caça, temos limites que então implementados e respeitamos. Todo aquele que não respeitar tem que ser severamente punido. Agora eu só espero é que vocês quando trouxerem essas situações para aqui, oiçam primeiro quem tem o direito de ser ouvido e depois que decidam em conformidade com aquilo que devem decidir. Porque se eu estou como Presidente do Clube de Caça e Pesca há 8 anos, nunca fui ouvido, nem chamado a nenhuma reunião do Conselho Cinegético, nem sei se existe, mas quando se traz uma recomendação a esta casa, é porque se quer alguma coisa a mexer. E não ouvem os intervenientes que estão no terreno?

Eu tenho a meu cargo sete freguesias para exploração cinegética, Apúlia, Fão, Fonte Boa, Rio Tinto, Gandra, meia freguesia de Palmeira, da nacional para sul e a freguesia de Gemeses toda. Eu só espero é que não se brinque com pessoas, nem com coisas, nem com causas, porque nós somos um clube que está há 35 anos no terreno, que temos essa exploração cinegética, temos que ser respeitados.

É só isso que eu peço, que vocês não decidam sem ouvir os clubes, para a gente tomar uma posição, não queremos nem mais um metro do que aquilo que temos, é claro que nós de ano para ano estamos sempre a perder terreno.

Se foi o canal que os preocupou, nós não caçamos no canal, a zona de Gandra está toda como zona de refúgio, aliás estão lá placas, proibida a caça, não se caça em Gandra.

Se não sabiam ficam a saber.

Na freguesia de Gandra não se pode caçar, se virem lá alguém a caçar está a cometer uma ilegalidade.

Não se pode vir para aqui trazer uma coisa quando não se falou com quem está no terreno.

Eu se tenho sete freguesias sob a minha exploração, respondo por essas sete freguesias, aliás estão aqui os Presidentes de Junta que sabem, que todos os anos quando o PAI sai, recebem uma cartinha para assinar em como receberam lá o PAI, do Plano de Exploração Anual, tudo direitinho, estão aqui esses sete Presidentes de Junta, vai-se a cada uma delas levar lá uma cartinha para eles assinarem, em como receberam e está na mão deles, por isso, não há desconhecimento de causa, se nós fazemos chegar todos os anos, quando o PAI nos chega,



quando é aprovado, levamos a cada Junta de Freguesia para nos assinar em como receberam o Plano de Exploração Anual, conhecem aquilo que se está a passar!

Fazemos chegar à Câmara, fazemos chegar à GNR, fazemos chegar a todas as Juntas, trabalhamos direitinho, que é assim que nos pedem quando é aprovado o Plano de Exploração Anual é isso que nos pedem, dar a conhecer às Juntas, à Câmara, à GNR e ao Parque Natural. Nós já estamos subtraídos por estarmos inseridos no Parque, respeitamos as regras todas que outros clubes noutras zonas de caça não têm isso a cargo deles, cada vez estamos a ser mais encurtados, também nos queremos divertir, claro que não vamos andar a caçar, onde andam pessoas a divertir-se, temos todo o cuidado e temos esse respeito para com as pessoas. Aliás, quando fazemos uma batida, em todos os caminhos da Freguesia de Gemeses, Rio Tinto ou Fonte Boa que é lá que as fazemos, colocamos placas nesse caminho, "Perigo, Atenção está a decorrer uma batida", para as pessoas terem cuidado quando vão entrar nesses caminhos. As pessoas que lá chegam, sabem que está a acontecer um ato cinegético ali, não fazemos aquilo de ânimo leve. Não aconteceu até hoje, graças a Deus, nenhum acidente e espero que não vá acontecer no futuro. Agora, só espero é que a gente seja tratado com respeito e dignidade, somos caçadores, somos, abatemos sim, porque é aquilo que temos que fazer, eu não vou caçar para comer, vou caçar para me divertir, é aquilo que eu faço e muitos colegas, temos 140 sócios do Clube de Caça e Pesca ao sul do Cávado e não temos mais, porque não aceitamos pessoas de fora, só de dentro das sete freguesias, se aceitássemos sócios de Barcelos, de Vila Verde, Guimarães, por aí fora, tínhamos 500 sócios, não dá, restringimos ao máximo para nós caçarmos aqui, por isso eu só peço respeito e dignidade para estes componentes destas sete freguesias poderem também se divertir e caçar com alguma dignidade e respeito.

Não queremos ser mais nem menos que ninguém, queremos ser tratados de forma igual, é um desporto como outro qualquer, a caça é caça e pesca, aquilo que nós exploramos por isso, eu só espero é que, quando o Conselho Municipal Cinegético reunir, não tome nenhuma decisão sem que nós sejamos ouvidos, para que não se decida sem saber aquilo que se está a passar.

Eu estava aqui na última Assembleia, quando ouvi aquilo pensei, vou esperar, pode ser que seja chamado para ser ouvido, não fui, decidi intervir hoje aqui que é o meu dever enquanto Presidente do Clube."

Terminada a intervenção do público o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu as questões colocadas, tendo prestado esclarecimentos, nos seguintes termos:

"Vamos analisar e ver o ponto de situação do Conselho Cinegético, ver em termos de legislação também a sua composição, porque efetivamente integra membros do ICNF, etc, e, temos que perceber, no fundo, ver o ponto de situação do Conselho Cinegético, tem que se ver de que forma é que está, pois, muito honestamente, não disponho dessa informação neste momento. Efetivamente não tem havido reuniões desde há muitos anos a esta parte e, portanto, tem que se ver se alguma vez foi constituído ao abrigo da legislação em vigor ou não, e como é que pode funcionar. Portanto, vamos tratar do assunto e na próxima Assembleia daremos notícias sobre isso."

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em

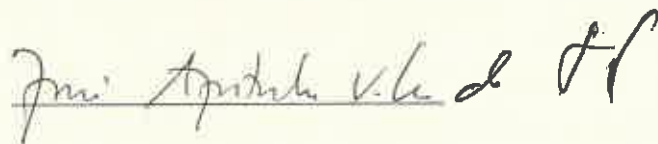
minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, apenas para deixar uma informação, nos seguintes termos:

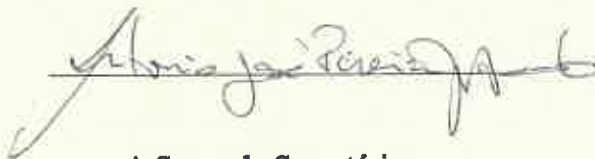
“Apenas dar uma nota informativa de que fui contactado pelo assessor do Senhor Presidente da República, a dar nota de que tinha vontade de visitar o nosso concelho e que, provavelmente, vai andar por cá no dia 10 de maio. Logo que tenhamos mais pormenores informaremos para, se for possível acompanhar a visita, como é evidente.”-----

---Sendo 22 horas e 40 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

